

CLAUDIA SAFATLE, JOÃO BORGES  
E RIBAMAR OLIVEIRA

# Anatomia de um desastre

*Os bastidores da crise econômica  
que mergulhou o país na pior recessão  
de sua história*



Copyright © 2016 by Claudia Safatle, João Borges e Ribamar Oliveira

A Portfolio-Penguin é uma divisão da Editora Schwarcz S.A.

PORTFOLIO and the pictorial representation of the javelin thrower are trademarks of Penguin Group (USA) Inc. and are used under license. PENGUIN is a trademark of Penguin Books Limited and is used under license.

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Os autores agradecem aos jornalistas Mônica Izaguirre, Renata Veríssimo e Murilo Salviano, pela ajuda no levantamento de informações, datas e indicadores, e a Monique Gasparelli, pela concepção do infográfico da página 110.

CAPA Eduardo Forest

GRÁFICOS Mikka Mori

PROJETO GRÁFICO Tamires Cordeiro

CHECAGEM Érico Melo

PREPARAÇÃO Ciça Caropreso

REVISÃO Huendel Viana e Valquíria Della Pozza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Safatle, Claudia

Anatomia de um desastre : os bastidores da crise econômica que mergulhou o país na pior recessão de sua história / Claudia Safatle, João Borges e Ribamar Oliveira. — 1ª ed. — São Paulo : Portfolio-Penguin, 2016.

ISBN 978-85-8285-043-5

1. Brasil – Condições econômicas 2. Brasil – Condições sociais 3. Brasil – Política econômica 4. Brasil – Política social 5. Desenvolvimento econômico – Brasil 6. Economia – Brasil 7. Partido dos Trabalhadores I. Borges, João. II. Oliveira, Ribamar. III. Título.

16-08072

CDD-330.981

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Desenvolvimento econômico : Economia  
330.981

[2016]

Todos os direitos desta edição reservados à  
EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.portfolio-penguin.com.br

atendimentoao leitor@portfolio-penguin.com.br

## SUMÁRIO

---

Lista de siglas 7

### PREFÁCIO

*Armínio Fraga* 11

1. “Despesa é vida” 17
2. Lula ortodoxo 31
3. A meta que inflacionou 45
4. Fim da festa 57
5. “Um momento mágico” 69
6. A era Tombini 79
7. O nascimento da nova matriz econômica 91
8. A “operação quadrangular” 103
9. Em Brasília, 17 horas e 10 minutos 115
10. A conta do BNDES 129
11. Luz na primavera 147
12. A Petrobras define 161
13. Fábrica de dividendos 179
14. “Eu quero é emprego” 189

- 15. Muito além das pedaladas 205
- 16. O boom das commodities 217
- 17. Um trotskista no comando do Tesouro 229
- 18. A forte redução da pobreza 245
- 19. O estilo Dilma 255
- 20. Novo governo velho 273
- 21. A seis meses da vitória 293

Epílogo 305

Notas 315

Créditos das imagens 327



Caro leitor, em suas mãos está um livro que conta a história econômica dos treze anos de PT no poder. Se o texto que vem a seguir em algum momento lhe parecer ficção, a culpa é dos fatos, não dos autores, três dos mais renomados jornalistas do país, que viveram esse período muito de perto (inclusive morando em Brasília).

Claudia, João e Ribamar me convidaram para escrever este prefácio, o que muito me honrou. Os dois primeiros foram importantes colegas quando de minha passagem pelo Banco Central, e o terceiro, Ribamar, é um grande especialista nos temas fiscais do Brasil, uma qualificação essencial para entender o momento que vive o país.

Tudo começou com a nomeação de Antonio Palocci para coordenar a transição do governo Fernando Henrique para Lula, seguida de sua nomeação para o Ministério da Fazenda. Crédito eterno a Lula. Palocci inaugurou a primeira fase do caminho econômico do PT no poder. A segunda foi da saída de Palocci até o fim do segundo mandato do presidente Lula e a terceira coincide com a Presidência de Dilma Rousseff.

Na primeira fase, Lula descartou o programa histórico do PT, comprometeu-se com a continuidade das políticas ortodoxas de Fernando Henrique e, como num passe de mágica, debelou a crise

de confiança que já na época o PT alegava ser uma herança maldita do governo anterior. Para alguém que, como eu, se dedicou à mais civilizada das transições, em boa parte do tempo com o dedo no pulso da economia brasileira (que enfartou com a perspectiva da chegada do PT ao poder), essa atitude foi uma surpresa, talvez um prenúncio da maneira João Santana de ser. Mas isso pouco importa. A inflação foi posta nos trilhos, a agenda de reformas prosseguiu e, com a ajuda de um boom nos preços das commodities que duraria os oito anos de Lula na Presidência, a economia voltou a crescer.

Naquele momento me parecia que o Brasil continuaria em um bom caminho para o desenvolvimento. Mas infelizmente ele não durou muito. Um primeiro sinal de desvio de rota surgiu com a hoje famosa rejeição da proposta de reordenamento das finanças públicas do país, apresentada pela área econômica do governo. Como bem relata este livro, a então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, qualificou a proposta de “rudimentar” e declarou que “gasto é vida”.

Em pouco tempo Palocci estaria fora do governo. Logo se iniciaria a segunda fase, que, embora tenha preservado em boa parte a estabilidade, marcou o início de uma política econômica mais intervencionista e menos transparente. Essa nova linha se caracterizou pela grande e mal desenhada presença do Estado na economia, tanto de forma direta — como nos setores bancário, de energia e petróleo — quanto indireta, via proteção contra a concorrência externa, subsídios e desonerações tributárias. Ainda assim, graças à credibilidade acumulada no primeiro mandato de Lula e à continuidade dos ventos positivos do crédito e das commodities, foi possível navegar bem a grande crise financeira global e manter uma taxa de crescimento equivalente à dos demais países da América Latina (como ocorreu também nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso).

Com a chegada de Dilma Rousseff à Presidência inaugura-se a terceira fase da política econômica do PT. Após um primeiro momento de ajuste para corrigir os exageros do ano eleitoral de 2010, ficou claro que os sinais de mudança observados na fase anterior tinham vindo para ficar. Do lado macro iniciou-se um longo período

de inflação acima da meta e perda adicional de disciplina e transparência das contas públicas (cujo saldo primário exibiu uma deterioração de quase 6 pontos do PIB). Do lado micro, dobrou-se a aposta no modelo dirigista, com aumento acentuado das custosas e regressivas políticas de favorecimento, não surpreendentemente sem ganhos relevantes do ponto de vista social. Esse conjunto de políticas foi batizado, ao som de trombetas, de “nova matriz econômica”, e seus resultados são agora bem conhecidos: queda de quase 10% no PIB per capita em apenas três anos e aumento de 5 pontos percentuais do desemprego. A comparação com os demais países da região é taxativa: nos anos Dilma o crescimento do Brasil ficou cerca de 3% ao ano abaixo da média regional.

Como consequência dessas escolhas de política pública, a economia brasileira vem padecendo de grande incerteza e elevadas taxas de juros, a despeito da tendência global de queda a níveis jamais vistos, inclusive negativos. Por conseguinte, no agregado o Brasil vem investindo pouco e mal, o que limita o potencial de crescimento a médio e longo prazo. Essa combinação perversa de baixo crescimento, juros altos e déficit primário faz com que a dívida pública cresça bem mais rápido do que o PIB, um processo perigoso e insustentável.

Este livro dá uma importante contribuição para o entendimento desta tragédia econômica e social, ao analisar em detalhe os eventos e temas mais importantes desse período. Certamente vai ajudar na busca de soluções e avanços de que o país urgentemente necessita.

Em paralelo ao colapso econômico, não é exagero dizer que do ponto de vista político e moral o desastre foi igualmente relevante. O sintoma mais claro parece ser a captura do Estado por interesses partidários e privados, em detrimento do bem maior da sociedade. Esse quadro se caracteriza por uma profusão de partidos e grupos de interesse, cada qual buscando maximizar seu quinhão, sem grandes preocupações com a real capacidade de desenvolvimento da nação a longo prazo (ou sequer a curto prazo).

A onda de populismo e desonestidade intelectual que nos atingiu recentemente sugere que essas crises múltiplas têm raízes comuns, e que sua solução será difícil e lenta. Uma reforma política que re-



duza significativamente o número de partidos políticos parece ser condição necessária para qualquer avanço. Mas será preciso ir além. Não há como imaginar avanço pleno na direção de um futuro melhor sem que se instale aqui uma cultura de igualdade perante a lei e de oportunidade, de valores éticos, de esforço e de mérito.

*Armínio Fraga*

---

## CAPÍTULO 1

# “Despesa é vida”

Uma palavra dita pela então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, selaria o destino da política econômica que marcava o governo de Luiz Inácio Lula da Silva desde o começo. No dia 9 de novembro de 2005, Dilma declarou ao jornal *O Estado de S. Paulo*<sup>1</sup> que a proposta de um novo regime fiscal era “rudimentar”, enterrando assim o projeto que estava sendo conduzido pelos ministros Antonio Palocci, da Fazenda, e Paulo Bernardo, do Planejamento, com a ajuda do então deputado e ex-ministro Delfim Netto. Os três haviam sido estimulados pelo presidente Lula a preparar uma reforma fiscal ousada, que tinha como meta zerar o déficit nominal<sup>2</sup> das contas do setor público em um prazo de cinco a dez anos.

Alcançado o equilíbrio fiscal, o país poderia ter juros reais normais, mais parecidos com os do resto do mundo, de 2% a 3% ao ano. Era uma ideia factível, embora trouxesse o risco de se pretender controlar os juros como meio de cumprir a meta. Se a proposta tivesse sido vitoriosa, a história da economia brasileira e o desfecho de treze anos de governo do PT, com a aprovação do impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff, em agosto de 2016, provavelmente teriam sido diferentes.

A entrevista de Dilma deixou a equipe econômica atônita. Nin-

guém ousou confrontá-la publicamente, por entender que aquela audácia emanava do gabinete presidencial. As condições eram favoráveis a iniciativas mais ambiciosas. Depois do ajuste dos primeiros anos do governo Lula, as finanças da União, dos estados e dos municípios estavam em uma situação confortável. O superávit primário, de 4,35% do PIB em 2005, superou a meta de 4,25%. O déficit nominal, que é a expressão mais ampla da real situação de solvência do Estado brasileiro, de 2,96% do PIB, era reflexo da despesa com os juros da dívida pública, que naquele ano consumiu o equivalente a 7,32% do PIB. Os juros reais, a partir do compromisso com o déficit zero, caíam e as condições de financiamento para a expansão da economia seriam bem mais favoráveis. Tratava-se, portanto, de dobrar a aposta no modelo que vigorava até então.

O quadro político, porém, era bem complicado. O escândalo do mensalão alimentava a hipótese de renúncia do presidente Lula. O desaquecimento da economia punha em risco o desempenho do PT e a própria recondução de Lula ao Palácio do Planalto nas eleições de 2006. Levar adiante a discussão do déficit zero foi uma proposta surgida quando o Banco Central teve que retomar o aperto monetário em 2004 para conter as pressões inflacionárias. Palocci contou que, incomodado com o círculo vicioso do crescimento que gera inflação, que eleva a taxa de juros e derruba o crescimento, conversou com Delfim. Queria saber como era possível romper esse círculo que trava a economia e lhe permite, no máximo, voos de galinha.

A meta para a taxa básica de juros, Selic,<sup>3</sup> era de 16% ao ano desde abril de 2004, mas pressões inflacionárias levaram o Copom a iniciar um novo aperto monetário em setembro daquele ano. Os juros subiram gradualmente até 19,75% ao ano em maio de 2005. Havia um debate entre os economistas sobre a necessidade de se aprofundar o ajuste fiscal como pré-condição para a redução dos juros estratosféricos que constituem, há décadas, uma aberração da economia brasileira. Delfim defendia a eliminação do déficit.

Quando foram chamados no início de junho para uma reunião com Palocci, os técnicos do Ipea Fabio Giambiagi e Paulo Levy estavam trabalhando em algumas ideias e fazendo contas para impor um reforço à política fiscal dos anos seguintes. Ainda não havia acontecido o encontro das duas propostas — a deles e a de Delfim.

A conversa com Palocci foi marcada para o dia 6 de junho de 2005. Giambiagi e Levy embarcavam no aeroporto Santos Dumont, no Rio, quando viram, numa livraria, a edição da *Folha de S. Paulo* com a entrevista do então deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) denunciando o pagamento de uma mesada de 30 mil reais para parlamentares da base aliada do governo, no escândalo que ficaria conhecido como mensalão. Giambiagi olhou para Levy e comentou: “Vai dar merda”. Em Brasília, eles participaram de uma reunião de dez minutos com Palocci, em uma sala do Palácio do Planalto. Pouco se falou ali. Não havia clima.

O comentário de Giambiagi foi premonitório. Em 16 de junho, José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil, foi exonerado e substituído por Dilma, na época ministra de Minas e Energia. “Tenho as mãos limpas. Saio de cabeça erguida do ministério”, declarou Dirceu, a primeira vítima do mensalão. No julgamento do escândalo, ocorrido em novembro de 2012, ele foi condenado por corrupção ativa e preso por onze meses e vinte dias. Em 4 de novembro de 2014, passou ao regime de prisão domiciliar. Em 2015, Dirceu foi preso novamente, por denúncias de envolvimento em um gigantesco esquema de corrupção na Petrobras, cuja investigação ficou conhecida como Operação Lava Jato.

Depois da primeira conversa com Delfim, Palocci convidou o economista para um jantar com Lula, na residência oficial do ministro da Fazenda. “Lula pediu que eu coordenasse, junto com o Palocci, o Paulo Bernardo e o setor privado, o plano para zerar o déficit em alguns anos”, contou Delfim anos depois. Conselheiro e amigo de Lula, a quem conheceu nos tempos em que foi ministro do Planejamento no governo do general João Batista Figueiredo, Delfim disse:

“Eu estava defendendo um choque de austeridade. Com ele, a taxa de juros desceria de elevador”.

No fim de junho de 2005, com a proposta de um novo regime fiscal para o país quase pronta, era preciso buscar o apoio do setor privado para vencer as resistências das lideranças políticas. Afinal, medidas duras teriam de ser tomadas para colocar a despesa pública dentro da receita disponível. Convidados por Delfim, Palocci e Paulo Bernardo, empresários e políticos do alto escalão se reuniram no dia 5 de julho em Brasília para ouvir o que seria o novo programa em um jantar no restaurante Renata La Porta, no Lago Sul. Se aprovado pelo Congresso Nacional e, depois, bem executado, ele poderia retirar de cena o problema do desequilíbrio fiscal crônico do setor público, que desde os anos 1980 vinha sendo tratado de forma conjuntural e insuficiente. Os déficits no Brasil sempre foram cobertos por aumento de impostos e nunca pela redução de despesas. Ao impor limites ao crescimento das despesas, a mudança de concepção soou bem para os empresários e políticos presentes a esse jantar.

Quando Dilma encerrou a discussão que ocorria desde meados do primeiro semestre de 2005, a proposta estava pronta. “Esse debate é absolutamente desqualificado, não há autorização do governo para que ele ocorra”, disse ela. “Quando você fala em [um plano de] dez anos, tem que ‘combinar com os russos’, que são os 180 milhões de pessoas que vivem no Brasil”, continuou, parafraseando Mané Garrincha na Copa de 1958. “Para crescer, é necessário reduzir a dívida pública. Para a dívida pública não crescer, é preciso ter uma política de juros consistente, porque senão você enxuga gelo”, acrescentou a então ministra.

Para não deixar dúvida de que estava, sim, desautorizando Palocci, Bernardo e Delfim, Dilma ainda disse: “O que foi apresentado [em reunião na Casa Civil, no Palácio do Planalto] foi bastante rudimentar”. E concluiu, em seguida, com a frase que mais impressionou o então ministro da Fazenda: “Despesa corrente é vida. Ou você

proíbe o povo de nascer, de morrer, de comer ou de adoecer, ou vai ter despesas correntes”.

Onze anos depois, com o país mergulhado em uma crise econômica e política e nas investigações da Operação Lava Jato sobre um megasquema de corrupção na Petrobras, Palocci, Delfim e Paulo Bernardo consideraram que o “rudimentar” de Dilma foi o ponto de inflexão da política econômica do PT. Quem barrou o debate “foi o Lula”, garantiu Bernardo. Até aquele momento, lembrou, “Dilma não tinha peso próprio para acionar a metralhadora contra a ideia do déficit zero”. A arma só poderia ter sido fornecida por quem de fato tinha bala na agulha.

Segundo relato de Bernardo, no encontro na Casa Civil para a discussão da proposta, além de Dilma, estava o então ministro do Desenvolvimento, o empresário Luiz Fernando Furlan, que, para a surpresa de Bernardo, combateu com veemência a proposta. “A certa altura eu disse: ‘Furlan, não estou entendendo! Vocês, empresários, sempre defendem juros mais baixos, menos impostos, e nós estamos propondo, inclusive, reduzir a CPMF para apenas 0,1% para ser um imposto regulador. E você está contra?’”, lembrou Bernardo.

Poucos dias antes da entrevista de Dilma ao jornal *O Estado de S. Paulo*, já apareciam, aqui e ali, sinais de resistência ao endurecimento da política de gasto público. Essa não era uma discordância recente. Ela já pautava o debate econômico desde o primeiro ano do governo Lula. Os economistas alinhados com o programa do PT não aceitavam o conservadorismo da dupla Palocci, ministro da Fazenda, e Henrique Meirelles, presidente do Banco Central. Foram marcantes, por exemplo, as declarações da economista Maria da Conceição Tavares sobre um documento produzido pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, intitulado “Política Econômica e Reformas Estruturais” logo no início da gestão do PT, em abril de 2003. No texto, Lisboa realçava a importância do desequilíbrio fiscal nos problemas do país e defendia

a “focalização dos programas sociais”, o que significava concentrar os gastos sociais na população realmente pobre.

Conceição chamou Lisboa de “débil mental” e “semianalfabeto”. Ícone do desenvolvimentismo<sup>4</sup> no Brasil, a economista salientou que aquele documento contradizia argumentos históricos do PT, que sempre atribuiu as mazelas da economia ao déficit externo, e defendeu a preservação da universalização das políticas de saúde, educação básica e da previdência social.

O economista Carlos Lessa, outro expoente do pensamento desenvolvimentista e muito amigo de Conceição, foi destituído por Lula da presidência do BNDES em novembro de 2004, por expor, em entrevistas a jornais, sua total discordância da política econômica conduzida pela dupla Palocci e Henrique Meirelles.

Na reunião da Câmara de Política Econômica, na Casa Civil, realizada no segundo semestre de 2005 e coordenada pela então ministra Dilma Rousseff, ficou claro que não havia mais apoio do governo Lula a propostas conservadoras, liberais ou “neoliberais”, como a do déficit zero, para a política econômica. Era hora de enfrentar o mensalão e ganhar as eleições de 2006. Doses adicionais de austeridade, dizia-se no governo, poderiam comprometer a reeleição de Lula.

Palocci, nessa reunião da Câmara, ainda pediu que o então diretor do Banco Central, Afonso Bevilaqua, explicasse a Dilma a relação entre o superávit primário das contas públicas, a taxa real de juros, a trajetória da dívida e o crescimento econômico. Bevilaqua, considerado um economista ultraconservador, fez uma exposição técnica e didática. Segundo o relato de pessoas presentes, Dilma não escondeu sua impaciência com aquela conversa entre olhares para o teto e o tamborilar de dedos na mesa de reunião.

Encerradas as explicações de Bevilaqua, a ministra da Casa Civil, sem meias palavras, começou a tentar demolir os argumentos e esclarecimentos do diretor do Banco Central. Defendeu o gasto público como uma questão de “vida” e falou tudo o que depois repetiria na entrevista de novembro, e um pouco mais. Bevilaqua se dirigiu a Palocci e disse que talvez não tivesse sido claro o suficiente para



mostrar a Dilma a importância do controle das despesas públicas, da geração de superávits nas contas do governo para o crescimento econômico e que, portanto, voltaria a explicar. Por uns dez minutos, ele retomou a palavra. Dilma voltou a se impacientar.

Preunciava-se aí uma reviravolta na concepção da política econômica e começavam a surgir as primeiras pinceladas do estilo Lula de administrar. Ele estimulava o contraditório para formar opinião e decidir de que lado ficar. Quando, no fim do ano, foi divulgada a retração de 1,2% no PIB do terceiro trimestre de 2005, o ataque da ala desenvolvimentista do governo à atuação do Banco Central foi explícito. Guido Mantega, que no ano anterior havia deixado o Ministério do Planejamento para substituir Lessa no comando do BNDES, também da escola desenvolvimentista, apontou o dedo para quem julgou ser o responsável pela queda do PIB: “O que houve foi mesmo excesso de zelo do Banco Central, principalmente de alguns diretores, particularmente o Afonso Bevilacqua”, afirmou em entrevista em dezembro de 2005.<sup>5</sup>

O diretor do Banco Central seria o culpado por “errar a mão” no aumento dos juros e por desaquecer a economia justamente um ano antes da campanha eleitoral. “São os talibancos”, dizia-se entre os técnicos do Ministério da Fazenda e em parte do mercado financeiro.

A inflação, porém, levou um tombo com a elevação dos juros. Caiu de 7,6% em 2004 para 5,69% em 2005, e para 3,14% em 2006, a menor taxa de inflação medida pela variação do IPCA durante todo o regime de metas instituído em 1999.

Em outubro de 2006, quando os eleitores foram às urnas para reeleger Lula, o resultado do aperto monetário do Banco Central era uma inflação acumulada de apenas 2,33% no ano e, no fim de 2006, um crescimento econômico de 3,96%. Lula teve 58 295 042 de votos (60,83% do total) e Geraldo Alckmin, do PSDB, 37 543 178 (39,17%).

Os juros voltaram a cair, de 19,75% em setembro de 2005 para 11,25% em setembro de 2007, ficando nesse patamar até abril de 2008, quando se iniciou um novo ciclo de alta.

O debate sobre que rumos tomar — aprofundar o ajuste fiscal para zerar o déficit ou adotar a receita desenvolvimentista que preconizava um papel ativo do Estado na expansão dos investimentos — ocorria simultaneamente à elevação da temperatura do mensalão, que alimentava a pressão para a renúncia de Lula. Em agosto de 2005, os termômetros bateram recorde. Em um dos momentos mais dramáticos da gestão Lula, quando o escândalo dominava o noticiário, diante do depoimento bombástico do publicitário Duda Mendonça à CPI dos Correios, Dilma Rousseff, em um ato de ousadia, entrou no gabinete do presidente e sugeriu que ele renunciasse. Lula encerrou aquela desagradável questão com uma frase: “Vocês [na sala, além de Dilma havia mais ministros] não me conhecem”.<sup>6</sup>

A proposta de Dilma decorria de um fato muito sério. Duda Mendonça havia acabado de declarar à CPI dos Correios que, em 2003, tinha recebido do PT, como pagamento pelos serviços prestados na campanha presidencial do ano anterior, 15,5 milhões de reais em recursos de caixa 2, sendo que, desse total, 10,5 milhões haviam sido depositados em uma conta no exterior. Prova suficiente para abrir um processo de impeachment contra o presidente da República ou para anular a eleição de 2002. A oposição, porém, não quis levar adiante nem uma coisa nem outra, por falta de votos no Congresso e de apoio nas ruas.

A articulação em torno do déficit zero passou também a ter o objetivo de estimular as elites econômicas a aplacar os ânimos da oposição em torno de um processo de impeachment de Lula. O plano fiscal, acreditavam seus idealizadores, poderia antecipar a obtenção do “grau de investimento”<sup>7</sup> do país e criar condições para o crescimento sustentado. Lula convocou o movimento sindical para apoiá-lo contra um eventual processo de impeachment e passou a governar com alguns de seus expoentes. Estava afastada a hipótese de renúncia.

Palocci, desautorizado a dobrar a aposta no aprofundamento do ajuste das contas públicas, entrou em inferno astral. José Dirceu já estava fora do governo. Vendo-se como o próximo alvo de ataques, o ministro da Fazenda disse a Lula, mais de uma vez, que o melhor

seria ele se antecipar e deixar o governo também. Na última vez que abordou esse assunto com o presidente, em dezembro de 2005, ouviu dele: “Para de encher o saco e vai trabalhar!”.

Em plena crise do mensalão, outro escândalo explodiu com a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, encarregado de manter e vigiar uma mansão do Lago Sul. Em depoimento à CPI dos Bingos no dia 16 de março de 2006, Francenildo contou que Palocci era assíduo frequentador da residência. Ali ocorriam reuniões de lobistas — a chamada República de Ribeirão Preto, em alusão à cidade de origem do ministro — suspeitos de interferir em negócios de seu interesse no governo Lula. Na casa fazia-se não só partilha de dinheiro como festas animadas por garotas de programa.

Francenildo disse ter visto malas e maços de dinheiro, além de haver testemunhado o motorista da casa entregar um envelope a um assessor de Palocci no estacionamento do Ministério da Fazenda. O caseiro depôs na CPI por cerca de quarenta minutos, até a sessão ser interrompida por uma liminar do senador Tião Viana, do PT, acatada pelo Supremo Tribunal Federal. Antes Francenildo havia dito: “Confirmo até morrer” ter visto Palocci na mansão umas vinte, trinta vezes. No depoimento, o caseiro repetiu as informações que havia dado em sua entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo* de 14 de março daquele ano.

No dia 17, um blog da revista *Época* divulgou um extrato recente da conta bancária do caseiro com o saldo de 38 860 reais. No dia seguinte, em sua edição de 20 de março, a revista sugeria que Francenildo teria sido pago para fazer as denúncias contra Palocci. Porém, uma equipe da Polícia Federal encarregada de apurar o fato logo desmontou a tese. O caseiro apresentou recibos bancários provando que o dinheiro era fruto de um acordo com seu pai biológico, um empresário do Piauí, para que Francenildo não entrasse com um processo de paternidade contra ele. O empresário e a mãe do caseiro confirmaram a história. No dia 27 de março de 2006, uma segunda-feira, Palocci deixou o governo.

Lula examinou três nomes para substituir o ministro da Fazenda que havia conquistado a confiança do mercado e que era mencionado, inclusive, como possível candidato do PT à sucessão presidencial. O deputado Aloizio Mercadante era uma solução política, por ser um parlamentar do partido do governo; Murilo Portugal, secretário executivo na gestão de Palocci, era a alternativa conservadora; e Guido Mantega, no comando do BNDES, era uma saída prática e caseira, pois já estava no governo e teria apenas que mudar de endereço. Lula preferiu Mantega, que por muitos anos fora seu assessor no PT. Economista desenvolvimentista, Mantega queria ser, e foi, o mais longo ministro da Fazenda do Brasil: assumiu em março de 2006 e comandou a pasta até dezembro de 2014.

Antes de deixar o cargo, Palocci anunciou que o governo pagaria antecipadamente a dívida de 15,5 bilhões de dólares que o país tinha com o FMI e que venceria em 2006 e 2007. O PT comemorou a libertação dos acordos com o Fundo, do qual o Brasil vinha sendo um cliente contumaz desde os anos 1980, quando da crise da dívida externa, e a partir de novembro de 1998, último ano do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando o governo tentou sustentar a taxa de câmbio administrada. O Partido dos Trabalhadores celebrou que o país tivesse finalmente se libertado das algemas ortodoxas do Fundo Monetário.

A saída de Palocci criou espaço para uma nova agenda. Sob a hegemonia do pensamento desenvolvimentista — com Mantega na Fazenda, Dilma na Casa Civil e Nelson Barbosa como formulador da política econômica —, a abundância de recursos decorrentes do boom das commodities e a valorização do real em relação ao dólar, parecia possível uma mudança radical na condução da economia. A ideia era, mediante ação do Estado, pôr o crescimento em marcha. Em 2007 foi instituído o Programa de Aceleração do Crescimento, PAC. O salário mínimo passaria a ter aumentos reais expressivos, e o

gasto público, um crescimento sistemático. A exacerbação extrema desse modelo, no entanto, é que faria o Brasil chegar a 2015 com as contas públicas em frangalhos e o Tesouro Nacional quebrado.

Como secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, que em 2015 se tornaria ministro da Fazenda, escreveu em 2010: “A visão desenvolvimentista do governo Lula combinava vários argumentos, sem refletir uma escola de pensamento econômico homogênea. Em contraponto ao caráter teórico e ideologicamente mais coeso da visão liberal, os desenvolvimentistas então adotaram uma postura mais pragmática em torno da defesa de três linhas de atuação para o governo federal. Foram elas: a adoção de medidas temporárias de estímulo fiscal e monetário para acelerar o crescimento e elevar o potencial produtivo da economia; a aceleração do desenvolvimento social por intermédio do aumento nas transferências de renda e elevação do salário mínimo; e o aumento no investimento público e a recuperação do papel do Estado no planejamento de longo prazo”.<sup>8</sup>

Para Barbosa, essa visão foi fortalecida e venceu o embate com os liberais porque “o ajuste fiscal de 2003-2005 não acelerou substancialmente o crescimento da economia nem tampouco ajudou o compromisso de melhorar a renda e o emprego, o que fez a visão neoliberal ir se esgotando nos primeiros três anos do governo Lula”. Ele destacou ainda outro ponto relevante: “A proposta neoliberal de novos ajustes recessivos [a do déficit zero] acabou fortalecendo a visão desenvolvimentista sobre a política econômica ao final de 2005”.